



**REVISTA PROCESSUS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Tramitação editorial:

Data de submissão: 30/01/2020.

Data de reformulação: 15/02/2020.

Data de aceite definitivo: 30/03/2020.

Data de publicação: 12/06/2020.

Editor Responsável:

Me. Jonas Rodrigo Gonçalves

Editor Assistente:

Esp. Danilo da Costa

REVOLTAS POPULARES: ENTRE A PANDEMIA E O RACISMO
POPULAR REVOLTES: BETWEEN PANDEMIA AND RACISM

Alejandro Gabriel Olivieri¹

Gustavo Castro²

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar algumas das mais importantes manifestações e protestos populares de rua acontecidos na atualidade. Examinam-se, apenas como alguns exemplos representativos, as manifestações acontecidas no Brasil (2013), nos Estados Unidos de América (2020) e no Chile (2019-2020). Para melhor compreender essas novas ações coletivas, apresentam-se, de forma crítica, tanto a interpretação clássica de Rousseau sobre a democracia representativa e a democracia direta, assim como as concepções teóricas contemporâneas dos sociólogos Zigmunt Bauman e Manuel Castells sobre a emergência de novos atores sociais nos protestos

¹ Graduado em Filosofia pela Universidad Nacional de Buenos Aires, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor da disciplina Filosofia Geral no Curso de Direito da Faculdade Processus em Brasília. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1068-8614>. E-mail: aleoli61@gmail.com

² Graduado em Filosofia pela Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Mestre em Ciência Política pela Pontificia Universidad Católica de Chile, Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Atualmente é Professor da Disciplina Ciência Política e Teoria Geral do Estado no Curso de Direito da Faculdade Processus em Brasília. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>. E-mail: gustavo@institutoprocesso.com.br

atuais. Por último, propõe-se como hipótese norteadora, tanto de novos desenvolvimentos teóricos como de futuras pesquisas empíricas, analisar o papel relevante de um novo ator social que denominamos de “indivíduo”.

Palavras-chave: Revoltas populares. Movimentos sociais; Ação coletiva na era da internet.

Abstract

The article aims to analyze some of the most important demonstrations and popular street protests that have taken place today. The demonstrations that took place in Brazil (2013), the United States of America (2020) and Chile (2019-2020) are examined, just as some representative examples. In order to better understand these new collective actions, both Rousseau's classic interpretation of representative democracy and direct democracy are presented in a critical way, as well as the contemporary theoretical conceptions of sociologists Zigmunt Bauman and Manuel Castells about the emergence of new actors current protests. Finally, it is proposed as a guiding hypothesis, both for new theoretical developments and for future empirical research, to analyze the relevant role of a new social actor that we call “individual”.

Keywords: Popular revolts. Social movements; Collective action in the internet age.

Introdução

As revoltas e manifestações dos últimos anos, ocorridos nas mais diversas partes do globo, permitem uma grande gama de interpretações (BAUMAN, 2013; CASTELLS, 2013; MARICATO et al., 2013). Estes protestos são sinais de que se aproxima uma crise global? Trata-se de uma resposta a uma crise global do capitalismo? Há uma crise terminal no capitalismo atual ou, pelo contrário, vai se reformular e aprofundar novamente? Os protestos têm relação uns com os outros? São consequência direta dos avanços nas telecomunicações e no fenômeno da internet e não representam questões de fundo? Como se explica que esses protestos ocorram em países das mais variadas culturas, religiões e sistemas políticos? Como se explica que os protestos ocorram em regiões atrasadas no desenvolvimento capitalista, mas

também (e simultaneamente) em países onde houve um avanço substancial no desenvolvimento?

O mais notável nas erupções é que estão acontecendo não apenas, nem basicamente, nos pontos fracos do sistema, mas em pontos que, até aqui, eram percebidos como histórias de sucesso. Dois exemplos claros do anterior são, por um lado, as manifestações iniciadas nos estados Unidos, a primeira economia do mundo, após a morte de George Floyd, no final de maio de 2020, e que rapidamente se propagaram por outras capitais e cidades de Europa, Ásia e América Latina; por outro lado, a partir de outubro de 2019, o Chile, país tido como o de maior desenvolvimento e estabilidade econômica da região, sofreu até o final desse ano, periódicas revoltas de rua nas principais cidades do país.

As Manifestações Populares no Brasil (2013)

Em junho de 2013, o Brasil foi o palco das maiores manifestações públicas em mais de duas décadas. Um mês depois, o Peru testemunhou a sua maior passeata em uma década. Enquanto isso, no Chile, os protestos estudantis evoluíram para temas que foram muito além da educação. Essas reivindicações foram importantes devido à sua crescente magnitude. No entanto, esses protestos foram ainda mais notáveis levando-se em conta o fato de que ocorreram em três países com as economias que, na época, eram consideradas as mais bem-sucedidas da América Latina.

O Brasil ainda é a maior economia da América Latina e a décima maior do mundo. O Chile, que era considerado por muito tempo como um dos países emergentes melhor administrados da região, chegou a tornar-se uma nação de renda alta. Apesar da incerteza global, o Peru conseguiu alcançar um excelente crescimento econômico nos últimos anos.

Os manifestantes não foram às ruas com demandas abusivas. O fato é que os cidadãos vêm pagando preços cada vez mais altos pelos diversos serviços públicos, que, ainda assim, não melhoraram. No Brasil, por exemplo, as tarifas dos serviços públicos e da cesta básica começaram a subir em ritmo acelerado, o que duplicou a taxa média de inflação. Enquanto isso, no Chile, os gastos com educação, serviços públicos, alimentos e bebidas se tornaram três vezes mais elevados do que a inflação média.

Na segunda metade do século XX, os segmentos de classe média latino-americanos eram pequenos, abaixo de 20% da população, e seus compromissos e expectativas em relação ao governo eram limitados. Eles não necessitavam pagar elevados impostos nem esperavam receber muito dos serviços públicos. A população decidiu não contar com os serviços públicos e pagar por educação, saúde, segurança e eletricidade privadas.

Hoje, muitos membros dessa crescente classe média estão se conscientizando de que há um limite para se sair do sistema. Existem bens públicos dos quais, entre muitos outros fatores, todos dependem como as rodovias, o transporte público, a qualidade da educação, da saúde e do ar, assim como a segurança dos cidadãos.

Entre 2003 e 2011, a classe média da região apresentou uma expansão acima de 50%. Com efeito, na primeira década do século XXI e pela primeira vez na história, houve mais latino-americanos na classe média do que na pobreza. Todavia, um maior contingente nesse segmento não fez com que essas sociedades fossem, de fato, de classe média. Para alcançar esse estágio, um importante requisito é melhorar a qualidade e a cobertura dos principais serviços públicos. Somente quando isso ocorrer é que o contrato social desses países poderá ser fortalecido - rompendo o círculo vicioso da baixa taxação e da qualidade inferior da educação, da segurança e da saúde pública.

Os protestos serviram para nos fazer lembrar que as sociedades latino-americanas sofreram uma mudança radical nos últimos anos. Na verdade, a transformação foi tão rápida que se tornou difícil para os governos manterem e melhorarem os serviços em condições de atender à demanda. Além disso, enquanto o investimento na melhoria dos serviços públicos representa a adoção de medidas de longo prazo que não servem a objetivos políticos imediatos, os protestos ajudaram a enfatizar que a falta de investimento pode custar igualmente caro para os membros eleitos do governo.

Os esforços para entender os protestos não ocorrem somente no plano político, sociológico ou epistemológico. Em nossa opinião, existe um substrato sociológico que pode ser determinante para a tentativa de construir uma explicação. Estamos frente ao surgimento de um ator social com características *sui generis*: o *indivíduo*, aquele que de fato possui SER, alçando a voz ante

instâncias coletivas que, efetivamente, possuem cada vez menos força política: o Estado, o Mercado, a Sociedade Civil, os Partidos Políticos, entre outros.

As Manifestações Populares contra o racismo nos Estados Unidos de América (2020)

Tocqueville tinha razão ao pensar que a escravidão deixaria, como uma chaga, um sinal indelével sobre o futuro da democracia norte-americana, mesmo quando os negros fossem libertados das correntes e declarados cidadãos.

A trágica morte do norte-americano George Floyd, no dia 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis, no estado de Minnesota, alimenta um debate fundamental sobre a divisão social e racial nos Estados Unidos. A crise pandêmica produzida pelo novo corona vírus -COVID 19- atua como lenha nessa fogueira, expondo as desigualdades da sociedade norte-americana mais claramente do que antes. Aqueles que, antes da eclosão da pandemia, não tinham um emprego decente, um seguro de saúde e um suporte financeiro, foram implacavelmente afetados pelas consequências do vírus. Isso afeta de maneira negativa principalmente negros e latinos. Não apenas a taxa de infecção e mortalidade é mais alta entre eles. São sobretudo eles, trabalhadores menos qualificados, os que perderam a maioria dos empregos. Já a classe média e média alta, predominantemente branca na maioria das vezes, só mudou seu local de trabalho do escritório para casa, muitas vezes mantendo seu salário integral. A pandemia revela sem piedade as injustiças sociais dos EUA.

Em suma, as manifestações ganharam força no momento em que o país sofre com a pandemia do novo corona vírus, que já matou mais de 112 mil pessoas até 11/06/2020 e mergulhou os americanos -principalmente os negros- em uma combinação de crise econômica e de saúde pública sem precedente. Conforme os protestos se alastram até hoje, aumentam também os embates entre policiais e manifestantes, ilustrados por cenas de violência, que resultaram no aumento de prisões e mortes em diversas cidades.

O assassinato do Floyd, e as manifestações contra o racismo nos Estados Unidos ainda repercutem em todo mundo, inclusive após o velório multitudinário em diversas cidades americanas e o sepultamento do seu corpo. O segurança privado George Floyd foi detido por policiais no dia 25 de maio do corrente ano, na cidade de Minneapolis, em Minnesota, após suspeita de ter comprado

cigarros em um supermercado com uma nota falsa de US\$ 20. Um vídeo feito por uma adolescente de 17 anos no momento da prisão de Floyd mostrou o policial Derek Chauvin pressionando o joelho sobre o pescoço do afro-americano por 8 minutos e 46 segundos. Outros vídeos feitos por diversos transeuntes também foram disponibilizados nas redes sociais mostrando as mesmas imagens. A morte de Floyd desencadeou uma série de protestos não apenas nos Estados Unidos, mas também em várias cidades ao redor do mundo. Graças ao advento da era das mídias sociais, quase tudo isso foi gravado e difundido amplamente, questão relevante para este artigo e que será abordada com mais detalhes posteriormente. A violência de um Estado policial, pautado, em grande parte, pelo supremacismo branco, uma realidade construída por séculos, foi explosiva novamente. No entanto, não houve agora uma volta ao antigo “normal” -como era sempre comum-, nem um desaparecimento progressivo dos fatos, no oceano de notícias banais. Desta vez, tudo está nas ruas, com punhos e vozes erguidas, e, por enquanto, sem conclusão à vista.

O agora ex-policiaI Derek Chauvin foi preso na sexta-feira 29/5/2020 e transferido no domingo para uma prisão de segurança máxima, onde espera julgamento. O agente já foi objeto de 18 inquéritos disciplinares, dos quais 16 foram encerrados sem nenhum tipo de punição. Ele foi demitido da polícia logo após o episódio vir à tona. Médicos independentes apontaram que Floyd foi morto por "asfixia mecânica", o que difere do relatório divulgado pela própria polícia anteriormente.

Números mostram que o caso da cidade de Minneapolis não é isolado. Negros estão em desvantagem em quase todos os segmentos da sociedade americana e sofrem, por exemplo, com tratamento diferenciado da polícia. A morte de um homem negro e desarmado por um policiaI branco, e a onda de protestos anti-raciais posteriores ao logo dos USA, chamaram a atenção para um problema que, segundo observadores, é de dimensões nacionais. Os casos famosos de violência policiaI são, sobretudo, sintoma de um problema enraizado historicamente. Os negros estão em desvantagem em praticamente todos os segmentos da sociedade norte-americana. Há décadas o índice de desemprego entre negros é praticamente o dobro do índice entre os brancos. A média da renda familiar dos afro-americanos é um terço menor do que a média dos EUA, há três vezes mais negros vivendo na pobreza do que brancos e eles são

levados à prisão com uma frequência quatro vezes maior. A ideia frequentemente alimentada no senso comum de que os Estados Unidos superaram a desigualdade racial há tempos não passa de um mito nacional.

As atuais revoltas também expressam uma crítica aberta ao *American Way of Life*, na medida em que há uma evidente frustração em muitos setores sociais com os altos níveis de desigualdade e de exclusão gerados pela atual sociedade do consumo globalizada. Além disso, a insatisfação percebida nas manifestações também é motivada pelos estragos históricos produzidos pelo denominado “racismo estrutural” na população negra estado-unidense agora alimentado pelas políticas e posturas quase segregacionistas do presidente Trump (exemplo: o número de presos negros americanos é cinco vezes maior que os brancos e a população negra é apenas o 20% da população americana).

Em 30/5/2020, nas cidades de Minneapolis, Louisville, Washington, Nova York, Boston, Chicago, Atlanta, Birmingham, Sioux Falls, Sacramento, Oklahora, Cleveland, Murfresboro, Longo Beach, Detroit, Denver, Philadelphia, Seattle, Dallas, Milwaukee e em muitas outras cidades menores dos EUA, a população se levantou em protestos de rua. Mais de 40 cidades assistiram a protestos pacíficos e a levantes violentos, em igual medida. Em Washington, a polícia disparou gás lacrimogêneo perto da Casa Branca após manifestantes quebrarem janelas de edifícios importantes, virarem carros e criarem focos de incêndio. Depois de manifestações pacíficas durante o dia, o início da noite foi também o começo da escalada dos confrontos entre policiais e ativistas na capital do país, e as luzes da residência oficial do presidente dos EUA foram apagadas por segurança. Os ativistas saquearam lojas e queimaram carros. Os policiais reagiram com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e spray de pimenta. Em Louisville, um confronto entre manifestantes a polícia e a Guarda Nacional causou a morte de um homem. A onda de protestos contra o racismo se espalhou pelo mundo. Europa, Canadá, Tóquio, Hong Kong e Brasil, entre outros, foram alguns dos lugares que registraram manifestações.

No primeiro dia do mês de junho, o presidente Trump, em tom firme e ameaçador novamente, pediu que os governadores e prefeitos usassem as forças da Guarda Nacional em número suficiente para conter as manifestações de ruas. Com a polícia reprimindo os ativistas e tanques protegendo os arredores da Casa Branca, Trump disse que iria enviar homens do Exército para as ruas

caso os prefeitos e governadores não conseguissem conter as manifestações contra o racismo que tomaram conta de várias cidades do país.

Em um movimento inédito e visto pelos analistas como tentativa de demonstrar força e controle da situação, Trump atravessou os jardins e caminhou até a histórica igreja de St. John, do século 19, que tinha sido parcialmente vandalizada no domingo. Ele carregava uma Bíblia e reuniu parte de sua equipe diante de fotógrafos e cinegrafistas, o que foi percebido como uma atitude cínica e de marketing político. Horas antes, sob o sol forte da primavera, pichações, prédios queimados e lojas depredadas remetiam à conflituosa madrugada de protestos contra a violência policial e o racismo em Washington. Trump novamente reforçou a sua retórica raivosa contra a imprensa e o que chamou de esquerda radical e anarquistas, em um movimento que atrela o discurso da ordem à polarização, no habitual aceno a seus eleitores conservadores de extrema direita.

Os manifestantes portavam placas com as consignas "*black lives matter*" (vidas de negros importam) e "*I can't breath*" (eu não consigo respirar) -frase repetida por Floyd ao policial que o estava sufocando com o joelho na sua garganta no momento da sua detenção-, e pediam justiça e vociferavam estar cansados de serem mortos por policiais. As reações violentas nas diversas manifestações posteriores foram diminuindo com o passar dos dias e as últimas marchas tiveram um caráter mais pacífico, ao menos, até hoje.

As Manifestações Populares no Chile (2019/2020)

As manifestações populares no Chile em 2019 e 2020 são uma série de protestos civis acontecidos em várias cidades do país e atualmente em pausa por causa da quarentena decretada pela emergência do novo corona vírus (COVID 19). Os protestos começaram na capital, Santiago, como uma campanha coordenada de estudantes do ensino médio para evitar pagar o metrô de Santiago em resposta aos recentes aumentos nos preços das passagens, levando a confrontos abertos com os *Carabineros* (polícia militar nacional).

Em outubro de 2019, a situação piorou quando grupos organizados de manifestantes se rebelaram em toda a cidade, confiscando muitos terminais da rede do metrô de Santiago e desativando-os com extensos danos à

infraestrutura. Enfim, a rede do Metro foi totalmente desativada. As cenas de violência coletiva resultaram surpreendentes num país que durante muito tempo tinha sido considerado como um exemplo de estabilidade econômica e política numa região turbulenta.

Os protestos foram caracterizados pela ausência de lideranças e pela incorporação, em diferentes níveis, de um amplo espectro social, da classe baixa para a média alta. Embora a causa imediata possa ser atribuída ao aumento da taxa de transporte público, as concentrações populares logo expuseram suas causas mediatas e profundas: o alto custo de vida (até 2019 Santiago do Chile era a segunda cidade mais cara da América Latina), pensões baixas, altos preços de medicamentos e tratamentos de saúde, e uma rejeição geral de toda a classe política e o descrédito institucional acumulado ao longo dos anos, incluindo a própria Constituição do país, ainda legada da Ditadura Militar.

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, anunciou um estado de emergência, autorizando o envio de forças do Exército chileno para as principais regiões no intuito de fazer cumprir a ordem e reprimir a destruição de bens públicos, e invocou perante os tribunais a *Ley de Seguridad del Estado* (Lei de Segurança do Estado) contra dezenas de detidos. Um toque de recolher foi declarado em outubro na área da Grande Santiago, pela primeira vez desde 1987, no final da ditadura de Pinochet.

Em resposta muito tardia às manifestações, o Governo Chileno anunciou uma série de medidas denominadas “Nova Agenda Social”, que incluíram medidas relacionadas a pensões de aposentadoria, saúde, salários e administração pública. Da mesma forma, promoveu-se uma agenda de segurança, que incluiu projetos de antivandalismo e de reconstrução material. Em novembro de 2019, um acordo transversal entre o Governo e o Congresso, e assinado pela maioria dos partidos políticos com representação parlamentar, concordou em convocar um Plebiscito Nacional em abril de 2020 para definir se uma nova Constituição política deveria ser redigida, e que mecanismo seria utilizado. Este plebiscito foi postergado, ainda sem data, por consequência da pandemia.

A crise gerada pelas revoltas populares, com algumas décadas de gestação, gerou um abismo social na sociedade chilena. Talvez as raízes da convulsão social se encontrem, em parte, na peculiar transição chilena. Nela foi

negociada a abertura democrática, mas sem tocar as bases do modelo econômico. Chile atravessou, sem dúvida nenhuma, uma grande modernização econômica que não teve como resultado uma mobilidade social condicente. Tudo isso levou para que os chilenos se revoltassem ante os 30 pesos do aumento da passagem do metro. Na verdade, esse aumento do preço foi a gota que derramou o copo. No entanto, a virulência dos protestos num país aparentemente tão pacífico impressionou a todo o continente.

Além disso, o descontentamento com o setor dirigente se fez evidente nas últimas duas eleições. Desde que Piñera habilitou em 2009 o sistema de voto voluntario, os índices de abstenção dispararam nas últimas duas eleições. Há que lembrar-se que em 2011, manifestações estudantis paralisaram o país, ao exigir uma reforma à *Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza*, promulgada por Pinochet, justo antes de deixar o poder, e que entregou um 75 por cento da participação ao setor privado no sistema de educação chileno.

Os estudantes do ensino médio, a partir de contatos a través das redes sociais, promoveram um ato de desobediência civil e decidiram pular as catracas nos pontos de metro na capital Santiago. Quando a evasão e o não pagamento das tarifas fugiram do controle, alguns pontos do metro fecharam e a polícia tomou medidas violentas contra os passageiros que tinham desrespeitado o aumento e tinham pulado as catracas sem pagar as passagens. Esse foi o catalizador das grandes manifestações de rua que logo se transformaram em eventos muito maiores do que apenas um protesto pelo custo de viajar no metro.

A ação repressiva dos militares e *Carabineros*, espalhados por todo o país, foi assistida em tempo real por inúmeras imagens viralizadas nas redes sociais. As manifestações de descontento popular contra o governo atingiram interesses tradicionais da direita política e econômica, produzindo a maior concentração popular desde a ditadura militar, com cerca de 1,2 milhão de pessoas reunidas no centro da capital Santiago.

Os protestos converteram-se rapidamente em expressões de frustração ante a desigualdade estrutural profundamente arraigada no Chile já que muitos chilenos se sentiram, por assim dizer, abandonados e, em boa medida, excluídos porque deveram endividar-se para chegar ao final do mês, além de ser cada vez mais difícil planejarem suas aposentadorias. O presidente chileno tinha impulsionado reformas que reduziram os impostos para os mais ricos num

esforço por atrair investimentos e, assim, aumentar o crescimento do país. Essas políticas criaram a impressão de que o governo se preocupava muito mais pelos ricos do que pelas pessoas de menores ingressos. Ademais, casos recentes de corrupção que envolveram empresários poderosos e a força policial do Chile também foram uma importante fonte de insatisfação para a cidadania.

Muitos chilenos pobres e de classe média declararam que estavam cansados do aumento nos custos dos serviços públicos, os salários estancados e aposentadorias insignificantes num país que durante muito tempo tinha se proclamado como bem administrado e próspero. Tinha crescido a um ritmo razoavelmente saudável durante muitos anos e estava em melhor forma que as economias de alguns dos seus países vizinhos. Entretanto, em 2019 a economia do Chile foi afetada pelas tensões comerciais mundiais, a queda no preço do cobre (sua principal commodity de exportação) e o aumento do preço do petróleo.

Enfim, o que começou como um ato de desobediência civil dirigido por estudantes transformou-se num ajuste de contas no que diz respeito à desigualdade, às políticas econômicas do Chile bajo o atual governo de centro-direita, à classe política em geral e às aspirações dos chilenos por maiores índices de igualdade. Tanto os cidadãos chilenos que se enfrentaram nas ruas com a polícia militarizada como os que bateram panelas nas suas casas e nas ruas como uma mostra de solidariedade aos protestos, se queixavam dos baixos salários, as pensões miseráveis e os custos de transporte e serviços públicos cada vez mais caros.

À medida que a situação de violência nas ruas crescia exponencialmente, o governo chileno reconheceu de malgrado que as medidas meramente repressivas não haviam sido suficientes, e chamou oficialmente às forças políticas e ao conjunto da sociedade a se juntarem em torno a três acordos nacionais urgentes e necessários.

Em primeiro lugar, o presidente se referiu a um acordo pela paz, condenando em forma categórica a violência em curso, que tinha causado tanto dano em muitas vidas ceifadas e na destruição material de várias localidades do país. Em segundo, conclamou-se a um acordo pela justiça visando a impulsionar uma robusta agenda social que permitisse avançar rapidamente a um Chile mais

justo, com mais equidade e com menos abusos, com maior igualdade de oportunidades e com menos privilégios. Em terceiro lugar, Piñera mencionou um acordo pluripartidário por uma nova Constituição, a qual seria tramitada dentro do marco da institucionalidade democrática, com uma clara e efetiva participação cidadã e com um plebiscito de ratificação. Esta última convocatória tinha como objetivo que os cidadãos não somente participassem na elaboração da nova Carta Magna, mas também que tivessem a última palavra na sua aprovação.

Embora perdendo força durante o verão de 2020, os protestos não se extinguiram nem deixaram de produzir-se no início do período estival. Houve enfrentamentos entre manifestantes e policiais, e diversos episódios de violência. Com efeito, após um tempo de trégua pelos acordos atingidos pela classe política e o governo relativos à consulta popular do Plebiscito para reformar ou não a Constituição, em início de março de 2020 começaram novamente os protestos de rua contra o governo de Piñera, com saques e ataques a diversos comércios e enfrentamentos com a polícia. Em princípio, os chilenos devem decidir num plebiscito programado (antes da pandemia) para o 26 de abril de 2020, se desejam mudar ou não a Constituição política que se mantém como herança da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

Com a pandemia, grande parte do povo chileno ficou, por assim dizer, desamparado. No país não existe sistema público universal de saúde, nem de aposentadorias. As pessoas vivem sem qualquer apoio do Estado e dependem unicamente da renda que conseguem. Como o desemprego vem crescendo de forma galopante há anos, a situação ficou insustentável para milhares de famílias. Com a crise do COVID-19 a eleição para a nova Assembleia Constituinte foi suspensa. Apesar do número oficial de mortos pelo novo corona vírus ser de 2.648 pessoas até o dia 11 de junho de 2020, há fortes indícios que a quantidade real pode aumentar dramaticamente.

Autonomia do Indivíduo: Rousseau e a Democracia Direta

Os protestos e revoltas dos quais estamos tratando aqui, expressam, de alguma maneira, o *dilema da representação política*, recolocando, assim, o debate sobre democracia direta ou democracia representativa, que já encontramos no próprio surgimento do Estado moderno. Nesse sentido, o pensamento

de Rousseau no século XVIII é categórico ao defender a democracia direta como a única forma de democracia possível e desejável. (ROUSSEAU, 2011)

O grande diferencial da proposta roussoniana, se comparada com outros teóricos contratualistas do seu tempo, é a justificativa teórica da participação direta do povo na feitura da lei. Sua crítica à democracia representativa permite uma visão alternativa a outras vertentes teóricas desenvolvidas na sua época, como as teorias políticas de Hobbes e Locke. Rousseau encontra na desigualdade humana o principal problema da organização política. Dado que não existe liberdade sem igualdade, as leis que se fundam num contexto de desigualdade só servem para a manutenção da injustiça. Por tal motivo, a defesa da liberdade e da igualdade é o fim de todo o sistema político, se o objetivo for construir um Estado diferente à sociedade civil corrompida pela desigualdade. Através do contrato social os indivíduos conquistam sua liberdade. Liberdade que, no pensamento de Rousseau, é percebida como emancipação humana, como conquista de autonomia, quer dizer, uma liberdade positiva (liberdade para) e não apenas entendida como “não intervenção” do Estado, uma liberdade negativa (liberdade de).

A liberdade individual só existe com a liberdade coletiva, ou seja, sem a existência de uma convenção, construída pelos indivíduos para estabelecer os seus direitos, estes não existiriam e uns poderiam subjugar os outros. Esta teoria política baseia-se na possibilidade dos seres humanos regerem coletivamente sua própria convivência que, de maneira geral, é entendida como superação de toda arbitrariedade, no momento em que o ser humano se submete a uma lei fundada na própria vontade livre (a vontade geral).

Assim, todo indivíduo é ao mesmo tempo soberano e súdito. Quando o povo está reunido, em assembleia, este constitui o *soberano*, mas, após as deliberações, o corpo político assume a forma de *Estado*, fazendo com que o povo cumpra o que ele mesmo estabeleceu. O corpo político é constituído de cidadãos e súditos: cidadãos enquanto participantes da atividade soberana; súditos enquanto submetidos às leis do Estado. Somente desta forma o indivíduo consegue resgatar a sua liberdade.

Rousseau não admite a representação da vontade de um cidadão para o outro. A vontade só será geral se tiver a participação de todos os cidadãos de um Estado, por ocasião do ato legislativo. A soberania é o exercício da vontade

geral e é inalienável. Para que possamos ter um verdadeiro corpo político, baseado na vontade geral, em defesa da liberdade, enquanto essência da humanidade, todos os participantes do Estado deveriam estar presentes nas deliberações, para que não se quebre o caráter geral.

Considerando que todos precisam estar em condições de igualdade para haver democracia, nenhum ser humano poderá ser autoridade diante dos demais e as convenções, criadas por todos, são a base de toda autoridade legítima. O interesse de um representante sempre é privado e não poderá expressar o que os outros têm a dizer. Rousseau refere-se à representatividade como uma ideia absurda, originária da sociedade civil corrompida, não podendo haver democracia se essa não for direta e as leis que não forem ratificadas pelo próprio povo são consideradas nulas.

O debate sobre a democracia direta levanta a questão do monopólio dos partidos políticos sobre a representação política. No Brasil, por exemplo, são inelegíveis, além dos inalistáveis e dos analfabetos, todos os cidadãos não filiados a partidos políticos, ou seja, a grande maioria da população. Na verdade, este quase monopólio da representação política é a regra na maior parte dos países democráticos. Ainda assim, na Itália o sistema eleitoral permite nas eleições para o legislativo local, a apresentação de listas de candidatos sem partido. Na Alemanha o sistema eleitoral permite o lançamento de candidaturas avulsas sem vínculo partidário, nas eleições distritais.

Existem alguns sinais efetivos de uma possível crise da representatividade? Podemos mencionar, por exemplo, o absenteísmo eleitoral crescente; a queda acentuada do número de filiados a partidos políticos e, por último, a perda de confiança dos cidadãos nas instituições políticas. Neste sentido, lançar candidatos sem partido seria substanciar o direito do cidadão de acrescentar opções ao jogo eleitoral, aperfeiçoando, desta maneira, a própria democracia.

As Revoltas como Expressão dos Excluídos da Sociedade de Consumidores

Para o sociólogo polonês Zigmunt Bauman (2013), as recentes mobilizações populares que se alastraram pela Europa e outras regiões do

planeta a partir de 2011, tiveram como eixo comum a *ação política de indivíduos* que se congregaram para protestar contra uma percepção de injustiça persistente, colocando, inclusive, suas vidas em risco. A ação coletiva entrou em jogo de maneira poderosa, em um contexto de difusão de rápidas mudanças tecnológicas, ao mesmo tempo em que a globalização das forças econômicas criava interdependências transnacionais que premiavam cada vez mais o exercício da ação coletiva para reter certo grau de controle individual sobre o curso da própria vida.

Em todo lugar as manifestações expressaram frustrações, esperanças truncadas e expectativas não correspondidas, em um ambiente “líquido moderno” caracterizado pela mistura de enormes quantidades de incertezas, inseguranças e medos em relação ao que o futuro pudesse reservar. Esta situação tem como uma das suas causas fundamentais a existência de um abismo cada vez mais profundo entre governantes e governados; em outras palavras, entre os interesses daqueles que detém o poder e as preocupações e ansiedades dos homens e mulheres comuns. Perante este novo estado de coisas, para Bauman, os governos, privados de grande parte do seu poder pelos bancos, empresas multinacionais e outras forças transnacionais, são incapazes de prestar seriamente atenção às verdadeiras causas das misérias das pessoas, e estas reagem, como se poderia esperar, perdendo confiança na capacidade e na vontade dos governos de resolver seus problemas.

Entretanto, percebemos, na sua análise, ausência de uma crítica mais aguda em relação às redes de corrupção evidentemente visíveis no sistema político, seja este democrático ou não; a ineficácia na redistribuição dos bens públicos, (às vezes consequência do anterior) e, outras vezes, simplesmente o descaso dos governantes no que diz respeito às necessidades da população.

A ação coletiva percebida nessas revoltas é denominada por Bauman de política de "estilo enxame", que tende a ser horizontal e lateral, e não vertical e hierárquica. Tais como os enxames, essas ações coletivas são criações efêmeras, reunidas com facilidade, mas, paradoxalmente, difíceis de se manterem juntas pelo tempo necessário para se "institucionalizarem", quer dizer, para construir estruturas duráveis. O autor conclui que não se pode construir uma sociedade alternativa com base apenas em componentes passionais, por definição, efêmeros.

Mas a questão que deve ser respondida é se, de fato, existe uma aspiração de tomada do poder nessas novas expressões de ação coletiva, se existe um anseio compartilhado pela criação de uma sociedade alternativa. Efetivamente, o que, segundo a nossa opinião, deixa a situação mais instável e perigosa é que não existe uma meta final que defina o denominado “bem comum”. Nesse cenário, a tendência é um incremento do descontentamento, do sofrimento, das frustrações e da indignação, na medida em que o sistema político contemporâneo é incapaz de responder a demandas individuais de diversos tipos e, muitas vezes, contraditórias.

O desconsolo de Bauman reside em que estas ações mediadas significativamente pelas novas tecnologias de comunicação e informação, não contém em si aquilo que é fundamental em toda ação política: a força e o poder para a mudança. Assim, para ele, nenhuma das explosões populares de protesto estimuladas pela internet e eletronicamente disseminadas globalmente conseguiu, até agora, remover os motivos da raiva e do desespero das pessoas.

Na nossa perspectiva, a força desses movimentos reside, precisamente, em que não encontram nenhum *locus* específico dentro do sistema político tradicional ou institucionalizado, nem dentro da estrutura do Estado-nação. A força vem da grande capacidade de criar instabilidade política e social e não pelo fato de alcançar fatias de poder dentro do *status quo*.

Quando Bauman analisa os distúrbios acontecidos na Inglaterra em agosto de 2011 afirma que os grupos envolvidos neles, eram, basicamente, consumidores excluídos e desqualificados. Quer dizer, os distúrbios urbanos na Grã-Bretanha deveriam ser compreendidos como uma revolta de consumidores frustrados. Na sua visão, uma sociedade de consumidores que se define principalmente porque todos são consumidores, consumidores por direito e por dever, entra em uma espiral de falsas necessidades e tentações, cujos objetos de desejo tornam-se múltiplos. Mas, simultaneamente, cresce também a raiva, a humilhação, o despeito e o rancor motivados por não ter esses objetos desejados, assim como cresce, ao mesmo tempo, o impulso de destruir o que não se pode ter.

Os atores sociais descritos por Bauman, evidentemente, formam parte daqueles que protestam, mas não esgotam todos os agentes perceptíveis do fenômeno, como tampouco esgotam o amplo e variado leque de reivindicações.

Portanto, o que podemos dizer sobre aqueles que protestam e não podem ser classificados simplesmente como marginalizados da sociedade de consumo?

Os Movimentos Sociais na Sociedade em Rede

Para Castells (2013), os atores principais dos recentes protestos, objeto da nossa análise, devem ser entendidos como Movimentos Sociais, seguindo assim uma tradição teórica e de pesquisas empíricas já bem consolidada nas Ciências Sociais, no geral, e na Sociologia, em particular. Na nossa visão, não estamos tão certos de que este se constitua no melhor enfoque para tentar entender o fenômeno. O fato de tratar-se, evidentemente, de ações coletivas fora dos canais institucionais formais significa necessariamente que são manifestações de movimentos sociais? O ator principal destes movimentos deveria ser denominado, rigorosamente, de “movimento social”? Não será expressão emergente, embora ainda difusa, de aquilo que, por falta de um conceito melhor, poderíamos chamar de “indivíduo”?

Compartilhamos com Castells que os movimentos tratados se expandiram por contágio viral num mundo conectado em rede mediante a internet Wi-Fi e pelos telefones móveis, marcado pela rápida difusão de ideias e imagens. Existe, então, a partir desse fenômeno uma conexão do ciberespaço (espaço dos fluxos) e do espaço urbano (espaço do lugar) que se retroalimentam mutuamente e que fazem possível a reunião dos indivíduos nas revoltas de ruas. (Castells, 2003)

Castells afirma que essa onda de rebelião polifacética foi causada pela humilhação (causa da indignação) produzida fundamentalmente pelo cinismo e arrogância dos poderosos. Para o autor, os que se uniram transformaram o medo em indignação e esta mesma indignação em esperança de um mundo e de uma humanidade melhor. Em outras palavras, trata-se de encontrar a dignidade no sofrimento compartilhado da humilhação (companheirismo), tema recorrente na maioria dos movimentos atuais.

A luta de poder fundamental é a batalha pela construção de significados nas mentes das pessoas (Castells, 2010). E, neste sentido, a ocupação do espaço urbano adquire uma importância capital, sobretudo, para o empoderamento de um contrapoder. Alguns desses significados podem ser destacados:

1- Na ocupação do espaço, recria-se um sentido de comunidade, base de aquilo que Castells denomina de “companheirismo”, mecanismo psicológico essencial para superar o medo;

2- Os espaços ocupados adquirem um forte conteúdo simbólico, pois se identificam com espaços institucionalizados da representação política tradicional ou do poder do Estado (Parlamento, câmaras municipais, monumentos, etc.) ou centros e instituições do poder financeiro e econômico transnacionais (bancos, multinacionais, etc.). Quando se tem controle sobre o espaço, controla-se, também, a vida das pessoas;

3- Na sociedade em rede o espaço público dos movimentos sociais se constrói como um *espaço híbrido* entre as redes sociais da Internet (espaço dos fluxos) e a ocupação física do espaço urbano tradicional (espaço do lugar). Conectam-se, assim, dois espaços -o ciberespaço e o espaço urbano ocupado- produzindo-se uma integração e interação contínuas. Este novo espaço público expressa claramente um espaço de *comunicação autônoma*, essência dos novos movimentos sociais na era da internet, já que permite a formação do próprio movimento e faz possível a sua comunicação livre com a sociedade como um todo.

Para Castells, diferentemente de Baumam, a dimensão das emoções é o motor dos movimentos sociais e sua força; assim, do ponto de vista dos indivíduos que os compõem, os movimentos sociais são movimentos emocionais³.

Castells explica a existência de um movimento social a partir de duas condições: Em primeiro lugar, a consonância cognitiva, a qual surge quando muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, o que faz superar o medo e transformar a ira em indignação, e quando percebem que outros estão passando pela mesma situação (companheirismo).

³ Para Castells (2013, p. 18-19), as emoções que fundamentam a mobilização social e o comportamento político são o medo (uma emoção negativa) e o entusiasmo (uma emoção positiva). Os indivíduos se mostram entusiasmados quando se mobilizam por um objeto que lhes importa. Por isso, o entusiasmo está relacionado com outra emoção positiva, a esperança, na medida que esta implica imaginar futuros possíveis. Entusiasmo e esperança surgem quando o indivíduo supera o medo, que tem um efeito paralisante. A ansiedade, no comportamento sociopolítico, às vezes, é superada por outra emoção negativa, a ira, que emerge quando se percebe uma ação injusta e a identificação do/os agente/s responsável/eis por essa ação.

Em segundo lugar, um canal de comunicação eficaz, que propague os acontecimentos e as emoções associadas a essas mesmas experiências. Quanto mais rápido e interativo seja o processo de comunicação é mais provável que se forme um processo de ação coletiva, arraigado na indignação, impulsionado pelo entusiasmo e motivado pela esperança. Nesse sentido, quanto mais interativa e autoconfigurável é a comunicação, como no caso da internet e redes sem fio, mais horizontal e menos hierárquica é a organização e mais participativo é o movimento social emergente.

O que cria a unidade dentro da diversidade dos indivíduos que participam das mobilizações populares é seu sentido de empoderamento, que se origina na indignação compartilhada. Isso foi possível pela superação do medo, pela união forjada pelas redes de interação virtuais, no ciberespaço, e as comunidades constituídas nas praças públicas, no espaço urbano (espaço público híbrido de liberdade).

Segundo este autor, os atores dos protestos e revoltas em curso são os *movimentos sociais em rede*. Tais movimentos apresentam certas características que os tornam extremamente peculiares. São movimentos sem liderança formal, que recusam qualquer tipo de representação, formal ou informal, e qualquer forma de delegação de poder. A principal razão do anterior está intimamente ligada à sua própria constituição como movimentos sociais, quer dizer, a radical rejeição e deslegitimação da representação política institucionalizada. Caracterizam-se também por não apresentar uma estrutura organizacional hierárquica. Isto parece ser não somente uma característica organizacional, mas também uma práxis ligada ao objetivo político fundamental: a democracia direta.

Esses movimentos têm seu início nas redes sociais da internet, mas tornam-se ocupações de fato do espaço urbano, o que permite a sua espontaneidade. São virais tanto pela difusão das mensagens e imagens que divulgam suas ações coletivas, quanto pelo efeito demonstrativo das manifestações ocorrerem em diferentes partes do globo.

Torna-se oportuno assinalar, por último, que as características dos movimentos sociais em rede descritas por Castells como o fato de não possuírem uma liderança formal, a sua estruturação não hierárquica e sim horizontal, o fato de agirem simultaneamente nos níveis local e global, a sua

constituição viral, seu modo de agregação espontâneo e afetivo, o seu caráter não programático, a constituição do espaço de autonomia como um terceiro espaço entre o urbano e o virtual, etc., não parecem ser características específicas para descrever os movimentos sociais. Parece ser, então, que a força analítica do conceito “movimento social” não consegue capturar todas as peculiaridades e sutilezas dessa ação coletiva em curso.

Assim, coloca-se a pergunta em relação aos verdadeiros atores dos protestos e revoltas tratados. Não será possível analisar esse tipo de ação coletiva como resultado da ação dos indivíduos? Não estaremos em presença de um novo ator social, o indivíduo, que age através da ação coletiva individual?

Conclusões

Podemos afirmar que os esforços para entender teoricamente os protestos e revoltas atuais pelo mundo afora, não ocorrem somente no plano político e sociológico, mas também no plano epistemológico e filosófico.

Em nossa opinião, existe um substrato óptico que pode ser determinante para a tentativa de construir uma explicação mais complexa e satisfatória. Como afirmamos no início do artigo, estamos em presença do surgimento do indivíduo como uma nova forma de ator social. Este indivíduo é o ente que de fato possui uma profunda densidade de ser, alçando a sua voz perante instâncias coletivas tradicionais que possuem menos força e legitimidade óptica, a saber, o Estado, a Sociedade, os Partidos Políticos, entre outros.

Por esse motivo, mostramos como na análise rousseuniana a representatividade é apresentada como uma ideia incorreta, originária da sociedade civil corrompida, não podendo haver democracia real se não for direta, assim como as leis precisam ser ratificadas pelo povo para não serem consideradas nulas. Desde essa perspectiva teórica, o debate sobre a democracia direta questiona o monopólio dos partidos políticos sobre a representação política.

Seguidamente, questionamos se as causas das revoltas atuais, considerando a sua diversidade de objetivos, estratégias, táticas, localidade, etc., não deveriam remeter necessariamente à pergunta de quem são os atores envolvidos nessas lógicas coletivas. Levantamos a hipótese que o indivíduo,

como ator social, surge de maneira poderosa ante outros atores que, na tradição da sociologia, podem ser aglutinados no conceito de movimentos sociais.

Essa hipótese explicativa baseia-se no fato de que hoje existe uma possibilidade concreta de um empoderamento do indivíduo com ator político na sociedade em rede, na medida em que as tecnologias de informação e comunicação oferecem um “espaço de autonomia”, que desafia a ordem institucional disciplinar vigente. O indivíduo como um novo ator tem um caráter concreto e singular, quer dizer, único, que não pode ser subsumido em categorias coletivas essencialistas e abstratas (movimentos sociais, partidos políticos, Estado).

A continuação discutimos a interpretação de Bauman sobre as revoltas atuais não terem uma aspiração de conquista do poder nem a existência de um anseio compartilhado pela criação de uma sociedade alternativa. Em nossa opinião, a situação é complexa, instável e perigosa justamente pelo fato de não existir uma meta final que defina o bem comum. Nesse cenário, a tendência é um incremento do descontentamento, do sofrimento, das frustrações e da indignação, na medida em que o sistema político contemporâneo é incapaz de responder a demandas individuais de diversos tipos, e muitas vezes contraditórias.

Também discordamos em duas questões apontadas pelo autor citado acima. Em primeiro lugar, os atores descritos por Bauman, quer dizer "os excluídos da sociedade de consumo", evidentemente, formam parte daqueles que protestam, mas não esgotam todos os agentes perceptíveis do fenômeno em curso, como tampouco esgotam o amplo e variado leque de reivindicações. Assim, o que podemos dizer sobre aqueles indivíduos que protestam nas ruas e que não podem ser classificados simplesmente como marginalizados da sociedade de consumo?

Em segundo lugar, o que para o sociólogo polonês se apresenta como uma limitação e uma fraqueza das revoltas atuais, a sua dificuldade de se institucionalizarem, a nossa perspectiva defende que a força desses protestos reside, precisamente, em que não encontram nenhum *locus* específico dentro do sistema político tradicional ou institucionalizado, dentro da estrutura do Estado-nação. Em outras palavras, a sua força vem da grande capacidade de criar

instabilidade política e social e não pelo fato de alcançar fatias de poder dentro do *status quo*.

Por fim, revisamos as análises teóricas e empiricamente robustas de Manuel Castells. Para ele os atores principais dos recentes protestos podem ser entendidos como "movimentos sociais em rede". Questionamos que seu enfoque, talvez, desconsidere o fato de que as ações coletivas, fora dos canais institucionais formais, não representam necessariamente manifestações de movimentos sociais. Sugerimos pensar esse fenômeno atual como uma expressão emergente, embora ainda difusa, de aquilo que, por falta de um conceito melhor, poderíamos chamar de "indivíduo", como um ator social relevante.

Esclarecemos também que as características dos movimentos sociais em rede descritas por Castells, tais como, não possuírem uma liderança formal, a sua estruturação não hierárquica e sim horizontal, o fato de agirem simultaneamente nos níveis local e global, a sua constituição viral, seu modo de agregação espontâneo e afetivo, o seu caráter não programático, a constituição do espaço de autonomia como um terceiro espaço entre o urbano e o virtual, etc., não parecem ser características específicas para descrever os movimentos sociais. E alertamos para o fato de que a força analítica do conceito movimento social não consegue abranger todas as peculiaridades e sutilezas da nova ação coletiva em curso.

Cabe lembrar que uma das hipóteses norteadoras do presente trabalho, diz respeito ao encontro inevitável entre política e tecnologias de informação e comunicação. Em outras palavras, uma das ideias desenvolvidas ao longo do texto afirma a possibilidade do exercício, de fato, da democracia direta, aberta pelos avanços originados nessas tecnologias. Existe hoje o suporte tecnológico necessário à criação de uma plataforma virtual que sustente a consulta direta aos cidadãos, sobre as questões da *polis*. Nesse sentido, o uso das redes sociais, cada vez más habitual em diferentes dimensões da vida, se introduzido como ferramenta de participação política permanente, permite pensar, sem utopias, a possibilidade do exercício cotidiano do voto, como expressão da autonomia e a liberdade dos indivíduos num sistema democrático.

Concluindo, fica assim colocada a pergunta em relação aos verdadeiros atores dos atuais protestos e revoltas analisadas no artigo. Não será possível

analisar esse tipo de ação coletiva como resultado da ação dos indivíduos? Não estaremos em presença de um novo ator social, o indivíduo, que age através da ação coletiva individual?

Referências

BAUMAN, Zigmunt. *Educação e Juventude*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2013.

------. *Comunicación y Poder*. Madrid: ed. Alianza, 2010.

------. *A Galáxia Internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.

MARICATO, Erminia et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo: Carta Maior, 2013.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O Contrato Social*. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.